

Técnicos rejeitam seguro-saúde

A implantação do seguro-saúde no Brasil, defendida pelo presidente do Inamps, Harry Graeff, foi recebida com certa perplexidade pelos 500 participantes da VII Conferência Nacional de Saúde, reunidos, desde segunda-feira, em Brasília, para debater justamente o contrário: a implantação de uma rede de serviços básicos de Saúde, capaz de atender às necessidades primárias da população sem ajuda médica, reduzindo, em mais de 80%, as atuais hospitalizações.

Falando, ontem, no painel sobre "Recursos humanos para os Serviços de Saúde", Harry Graeff observou que suas declarações a favor do seguro-saúde estatal, permitindo ao segurado escolher, livremente, o médico e hospital de sua preferência, desde que custele parte do serviço, fora feita em caráter pessoal. "Falei como médico, não como presidente do INAMPS", justificou-se.

Disse ainda, que em diversos países, como Alemanha e França, os segurados da Previdência custeiam parcela de sua saúde, e aqui mesmo, o seguro-saúde já funciona em três Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Enquanto isso, o sanitarista Carlos Gentile de Mello, presente à exposição, denunciava

que um trabalhador da agricultura catarinense pagara Cr\$ 26 mil por um parto simples de sua esposa, utilizando o sistema de seguro-saúde. "Se houve abuso, foi de quem praticou, não do Inamps", defendeu-se Graeff, para quem "qualquer sistema é corrupto na medida em que as pessoas também o são".

No próprio Ministério da Previdência Social há um consenso sobre a inoportunidade de se implantar o seguro-saúde no Brasil, idêntico ao existente em outros países, principalmente por falta de um sistema adequado de fiscalização dos serviços prestados. Argumentam os técnicos que a Previdência não teria como fiscalizar os atos prestados num atendimento de livre escolha.

Carlos Gentile considerou, também, um "espanto" pensar em "apelos líricos" para formação de médicos generalistas numa Conferência Nacional de Saúde, lembrando que já em 1948 havia recomendação a esse respeito, por parte do governo brasileiro. "E o que se fez até agora?", indagou.

Ele se referia, especificamente, à palestra de Harry Graeff abordando "O Inamps no desenvolvimento de recursos humanos para os serviços básicos", na qual pregava a necessidade de formação de médicos

nas clínicas de Medicina Preventiva, Clínica Geral, Tocoginecologia, Cirurgia Geral e Psiquiatria, capazes de dar formação que permita o exercício da profissão dentro da realidade social do País.